

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 43

1. Conceito e Origens do Direito Constitucional 43
2. Natureza jurídica do Direito Constitucional 44
3. Objeto, Classificação E RAMOS do Direito Constitucional 44
4. Fontes do Direito Constitucional 45

TÍTULO I

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I – CONSTITUIÇÃO 49

1. Conceito e características 49
2. Origens E BREVE PANORAMA HISTÓRICO-EVOLUTIVO DA CONSTITUIÇÃO NO MUNDO 52
3. Concepções tradicionais da Constituição 55
 - 3.1. Concepção sociológica da Constituição 55
 - 3.2. Concepção política da Constituição 56
 - 3.3. Concepção jurídica da Constituição 57
 - 3.4. Concepção cultural da Constituição 58
4. Conteúdo da Constituição 59
5. Classificação das Constituições 60
 - 5.1. Quanto ao conteúdo 61
 - 5.2. Quanto à forma 61
 - 5.3. Quanto à sistemática 62
 - 5.4. Quanto ao modo de elaboração 63
 - 5.5. Quanto à origem 63
 - 5.6. Quanto à estabilidade 64
 - 5.7. Quanto à extensão 65
 - 5.8. Quanto à ideologia 66
 - 5.9. Quanto à função (ou finalidade) 66
 - 5.10. Quanto à origem da decretação 67

- 5.11. Quanto ao sistema (ou predominância normativa) 67
- 5.12. Quanto à correspondência com a realidade (critério ontológico) 68
- 5.13. Quanto à permanência 69
- 5.14. Classificação da Constituição de 1988 70
6. A Constituição e o seu papel 70
 - 6.1. Constituição-lei 71
 - 6.2. Constituição-fundamento (Constituição-total) 71
 - 6.3. Constituição-moldura 71
 - 6.4. Constituição dútil (Constituição suave) 71
7. Estrutura das Constituições 71
 - 7.1. Preâmbulo 72
 - 7.2. Parte Dogmática 73
 - 7.3. Disposições Transitórias 73
8. Elementos das Constituições 74
9. Concepções Clássicas da Constituição 75
 - 9.1. Constituição oral 75
 - 9.2. Constituição jusnaturalista 75
 - 9.3. Constituição positivista 76
 - 9.4. Constituição marxista 76
 - 9.5. A Constituição como garantia do status quo, de Ernst Forsthoff 76
 - 9.6. A Constituição como instrumento de Governo, de Hennis 77
 - 9.7. A Constituição como processo público de Peter Häberle 77
 - 9.8. A Constituição como conjunto de normas fundamentais que constituem a identidade da ordem jurídica de uma sociedade e seu processo de realização, de Bäumlín 78
 - 9.9. A Constituição como programa de integração e representação nacional, de Krüger .. 78

9.10. A Constituição como ordem jurídica do processo de integração estatal, de Rudolf Smend	78	6.1. Constitucionalismo Liberal e Constitucionalismo Social	105
9.11. A Constituição como ordem jurídica fundamental, material e aberta de Konrad Hesse	79	6.1.1. Constitucionalismo Liberal Estadunidense	105
9.12. A Constituição como legitimação do poder soberano segundo a ideia de direito, de Georges Burdeau	80	6.1.2. Constitucionalismo Liberal Francês ...	106
9.13. A Constituição como fim político fundamental sustentado pelas forças sociais dominantes, de Costantino Mortati	80	6.1.2.1. Constitucionalismo Termodoriano	106
9.14. A Constituição como norma fundamental, forma de governo e princípio de produção normativa, de Franco Modugno	80	6.1.3. Constitucionalismo Social	107
9.15. A Constituição como totalidade, normalidade e normatividade, de Hermann Heller	81	7. Constitucionalismo contemporâneo, Neoconstitucionalismo e pós-positivismo	108
10. Concepções contemporâneas da Constituição ..	81	7.1. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito	112
10.1. A Constituição Dirigente de J.J. Gomes Canotilho: conceito, crise, morte e constitucionalismo moralmente reflexivo	81	7.2. Neoconstitucionalismo e vedação ao retrocesso	114
10.2. A Constituição como Acoplamento Estrutural entre os sistemas político e jurídico de Niklas Luhmann	82	7.3. Neoconstitucionalismo e Constitucionalismo Progressista	116
10.3. A Constituição Simbólica de Marcelo Neves	83	7.4. Neoconstitucionalismo e Constitucionalismo Idílico	117
10.4. A Constituição do Estado Democrático de Direito na teoria discursiva do direito de Jürgen Habermas	85	7.5. Críticas ao neoconstitucionalismo	118
10.5. A Constituição Invisível, de Laurence Tribe .	86	8. Constitucionalismo globalizado	121
10.6. Estado Constitucional Cooperativo, de Peter Häberle	87	9. O (novo) constitucionalismo plurinacional da América Latina	122
10.7. A Desnacionalização (e desestatização) da Constituição, de Dieter Grimm	87	10. Constitucionalismo do Futuro	123
11. Quadro Sinóptico	88	11. Transconstitucionalismo	124
CAPÍTULO II – CONSTITUCIONALISMO	97	12. Constitucionalismo Popular	126
1. Introdução	97	13. Constitucionalismo popular mediado	127
2. Origem	98	14. Constitucionalismo Democrático	127
3. Constitucionalismo primitivo	98	14.1. Contestação constitucional	128
4. Constitucionalismo Antigo	99	15. Constitucionalismo Autoritário	129
5. Constitucionalismo Medieval	101	16. Constitucionalismo Abusivo	130
5.1. Constitucionalismo Whig	104	17. Constitucionalismo digital e constitucionalismo multinível	132
6. Constitucionalismo Moderno	104	18. Conceitos e teorias contemporâneas sobre o constitucionalismo	133
		18.1. Constitucionalismo funcional, aspiracional e aversivo (<i>aversive constitutionalism</i>)	133
		18.2. Constitucionalismo Tardio	136
		18.3. Narcisismo constitucional	136
		18.4. O Futuro do Constitucionalismo, segundo Dieter Grimm	137
		18.5. Vazio Constitucional, Ilhas de Constitucionalidade e Constitucionalismo Societal, de Gunther Teubner	137

18.6. Constitucionalismo Ambiental, Ecológico ou Verde	139	5.3. Normas Constitucionais Inconstitucionais?	176
18.7. Constitucionalismo Transformador, de Boaventura de Souza Santos	139	5.4. Poder Constituinte Reformador e Direitos Adquiridos	177
18.8. Constitucionalismo "Revolucionário" ou "Crítico", de Antonio Negri	140	6. Poder Constituinte Revisor	177
18.9. Constitucionalismos Insurgentes	140	7. Poder Constituinte Decorrente	178
18.10. Constitucionalismo Decolonial	141	7.1. Limites ao Poder Constituinte Decorrente: princípio da simetria, normas de observância obrigatória e normas de reprodução obrigatória	178
18.11. Constitucionalismo Negro	143	7.2. Nos Estados-Membros	180
18.12. Constitucionalismo Feminista	145	7.3. No Distrito Federal?	181
18.13. Constitucionalismo Teocrático	147	7.4. Nos Municípios?	182
18.14. Constitutional hardball (jogo duro ou jogo sujo constitucional)	148	7.5. Nos Territórios Federais?	183
18.15. Constitutional rot (podridão ou deterioração constitucional)	148	8. Poder Constituinte Difuso	183
18.16. Constitucionalismo huehue ou Constitucionalismo griefer	149	8.1. Mutação Constitucional	185
18.17. Panconstitucionalismo ou Hiperconstitucionalismo	150	8.1.1. Mutação Constitucional na visão da doutrina majoritária	185
19. Quadro Sinóptico	150	8.1.2. Mecanismos de Manifestação e Espécies de Mutação	186
CAPÍTULO III – PODER CONSTITUINTE	157	8.1.3. Limites e Mutações Constitucionais Inconstitucionais	188
1. Conceito e Origem	157	8.1.4. Mutação Constitucional na jurisprudência do STF	189
2. Espécies	157	8.1.5. Uma visão crítica acerca da Mutação Constitucional	192
3. Poder Constituinte Originário	158	8.2. Mudança Constitucional por Desuso?	193
3.1. Natureza	158	9. Teoria dos momentos (de transformação) constitucionais e doutrina da estrutura básica	193
3.2. Titularidade	159	10. Poder Constituinte e Patriotismo Constitucional	196
3.3. Formas de Expressão/Exercício	160	11. Crowdsourced Constitution	197
3.3.1. Bootstrapping constitucional	161	12. Pré-compromisso constitucional (<i>constitutional precommitment</i>)	198
3.4. Classificação	162	13. Poder Constituinte Híbrido	201
3.5. Características	163	14. Poder Constituinte Supranacional	202
3.6. Poder Constituinte Originário e Direitos Adquiridos	164	15. Hiato Constitucional	203
4. Poder Constituinte Derivado	165	16. Quadro Sinóptico	203
4.1. Características	165	CAPÍTULO IV – DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL	215
4.2. Espécies	165	1. A entrada em vigor de uma Constituição Nova	215
5. Poder Constituinte Reformador	166	1.1. Vacatio Constitutionis	215
5.1. Limites Expressos	167		
5.1.1. Limites Temporais	167		
5.1.2. Limites Circunstanciais	168		
5.1.3. Limites Formais	168		
5.1.4. Limites Materiais	169		
5.2. Limites Implícitos	175		

2.	Revogação da Constituição Anterior	216	2.	A concepção da norma jurídica de Ronald Dworkin: conceito, espécies, aplicação e conflitos	238	
3.	Recepção	216	3.	A concepção da norma jurídica de Robert Alexy: conceito, espécies, aplicação e conflitos	239	
3.1.	Recepção e inconstitucionalidade superveniente das normas infraconstitucionais	217	4.	A concepção da norma jurídica de Humberto Ávila: regras, princípios e postulados	243	
3.2.	Recepção e Poder Constituinte Reformador	218	5.	Os principais critérios de diferenciação entre regras e princípios	251	
3.3.	Recepção e alteração da distribuição de competências dos entes federativos	219	6.	Hard Cases (Casos Díficeis)	254	
3.4.	Recepção de lei anteriormente inconstitucional não declarada inválida	219	7.	Derrotabilidade ou Superabilidade (defeasibility) das normas constitucionais	254	
3.5.	Efeitos da decisão do STF que declara a recepção ou a não recepção	220	8.	Os princípios Constitucionais	257	
3.6.	Efeitos da recepção ou da não recepção em si	221	8.1.	As concepções tradicionais de princípios	258	
3.7.	Recepção provisória de lei considerada "ainda" constitucional: não recepção por inconstitucionalidade progressiva	221	8.2.	As concepções contemporâneas de princípios	259	
3.8.	Requisitos para a recepção das normas infraconstitucionais no direito brasileiro ..	222	8.3.	As principais funções dos princípios no sistema jurídico	259	
3.9.	Recepção e Ações de Controle de Constitucionalidade	222	8.4.	Classificação dos princípios	261	
4.	Repristinação	222	8.4.1.	Classificação dos princípios constitucionais	264	
4.1.	Repristinação legal	222	8.5.	Principiocracia, Hiperprincipalismo ou Pamprincipiologismo	265	
4.2.	Repristinação constitucional	223	9.	Classificações das normas constitucionais ...	267	
4.3.	Efeito repristinatório no direito constitucional	224	9.1.	Esclarecimentos terminológicos: existência, validade, eficácia, efetividade, vigência, vigor e aplicabilidade.	267	
5.	Desconstitucionalização	225	9.2.	Bases históricas: teoria americana e teoria italiana	271	
6.	Recepção Material de Normas Constitucionais	226	9.3.	A classificação das normas constitucionais de José Afonso da Silva	272	
7.	Constitucionalidade Superveniente	227	9.4.	A classificação das normas constitucionais de Pinto Ferreira	276	
8.	Usucapião de Constitucionalidade	227	9.5.	A classificação das normas constitucionais de Uadi Lammêgo Bulos	277	
9.	Quadro Sinóptico	228	9.6.	A classificação das normas constitucionais de Carlos Ayres Britto e Celso Ribeiro Bastos	279	
CAPÍTULO V – NORMAS CONSTITUCIONAIS			233	9.7.	A classificação das normas constitucionais de Maria Helena Diniz	279
1.	Das normas jurídicas às normas constitucionais	233	9.8.	A classificação das normas constitucionais de Luís Roberto Barroso	280	
1.1.	Um ponto de partida: o conceito semântico de normas jurídicas	233	9.9.	Críticas às classificações das normas constitucionais	280	
1.2.	Normas constitucionais: conceito e características	234	9.10.	Eficácia jurídica das normas constitucionais programáticas	282	
1.3.	Conflitualidades extrínsecas e intrínsecas das normas constitucionais	235				
1.4.	A Constituição como sistema aberto de regras e princípios	236				

10. Retroatividade das normas constitucionais: retroatividade máxima, média e mínima	283	4.1.10. Respeito às razões públicas (John Rawls)	326
10.1. Retroatividade autêntica e inautêntica (ou retrospectividade)	285	4.1.11. Cosmopolitismo	328
11. Quadro Sinóptico	285	4.2. Métodos de Interpretação Constitucional	329
CAPÍTULO VI – HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL	293	4.2.1. Método Jurídico (hermenêutico clássico)	329
1. Breve panorama histórico da hermenêutica: da antiguidade clássica até os giros hermenêutico e linguístico	293	4.2.2. Método tópico-problemático (tópica)	329
2. Lições básicas de hermenêutica jurídica Clássica: interpretação, aplicação, integração e construção	302	4.2.3. Método hermenêutico-concretizador	331
2.1. O texto e a norma	305	4.2.4. Método científico-espiritual (valorativo/sociológico)	332
2.2. A relação entre Interpretação e Aplicação	306	4.2.5. Método normativo-estruturante	333
2.3. Os Métodos Clássicos da Interpretação Jurídica (Savigny e Ihering)	306	4.2.6. Método comparativo	335
2.4. As espécies de Interpretação na Hermenêutica Clássica	307	4.2.7. Revolta contra o método na hermenêutica constitucional.....	336
2.5. A hermenêutica jurídica no positivismo jurídico: positivismo legalista, positivismo normativista (Hans Kelsen), positivismo contemporâneo (exclusivista e inclusivista) e não positivismo	308	5. Aplicação Constitucional	337
3. A crise da hermenêutica jurídica clássica e o surgimento de uma nova hermenêutica constitucional	314	6. Integração Constitucional	338
4. Interpretação Constitucional	318	6.1. Integração Normativa da Constituição	340
4.1. Princípios de Interpretação e Aplicação da Constituição	318	6.2. Silêncio Eloquente	341
4.1.1. Supremacia da Constituição	318	7. Construção Constitucional	342
4.1.2. Presunção de Constitucionalidade das leis	318	8. Teorias hermenêuticas e jurisdição constitucional: legitimidade, ativismo, democracia, técnica, controle das decisões e a "resposta correta"	345
4.1.3. Interpretação conforme à Constituição	319	8.1. As correntes interpretativistas e não interpretativistas no direito estadunidense	345
4.1.4. Unidade da Constituição	320	8.2. Teoria Originalista e Não Originalista: mens legislatoris x mens legis	345
4.1.5. Razoabilidade ou proporcionalidade	321	8.3. Procedimentalismo e Substancialismo	346
4.1.6. Máxima Efetividade das Normas Constitucionais	324	8.4. A interpretação constitucional e a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição, de Peter Häberle	347
4.1.7. Efeito Integrador	325	8.5. A interpretação constitucional viva (Living Constitution), de David Strauss	348
4.1.8. Concordância Prática (ou harmonização)	325	8.6. A hermenêutica constitucional garantidora dos procedimentos democráticos, de John Hart Ely	349
4.1.9. Conformidade funcional (exatidão funcional/correção funcional/"justeza") ..	326	8.7. O direito como integridade e a leitura moral da Constituição, de Ronald Dworkin	350
		8.8. A hermenêutica constitucional de Robert Alexy: ponderação e teoria da argumentação	354
		8.9. A hermenêutica constitucional minimalista e as personas constitucionais, de Cass Sunstein	357

8.10. Escolhas Constitucionais e Constituições Invisíveis de Laurence Tribe	359
8.11. Constituição de Risco e Virada Institucional na interpretação do direito, de Adrian Vermeule	361
8.12. A análise econômica do direito, de Richard Posner	363
8.13. O pragmatismo jurídico na interpretação constitucional (hermenêutica constitucional pragmatista)	364
8.14. O realismo jurídico na interpretação constitucional	366
8.15. Judicialização da Política e Ativismo Judicial: judicial review, função contramajoritária, legitimidade democrática, ponto cego legislativo, patologia constitucional, erosão constitucional, supremocracia, ministocracia, ativismo, passivismo, neutralidade e autocontenção	368
8.15.1. Quem tem a última palavra sobre a Constituição? Judicial Supremacy, Judicial Sovereignty, Parliamentary Sovereignty e o diálogo constitucional (última palavra provisória)	375
8.15.2. Judicialização da Política e efeito backlash	378
8.15.3. Judicialização da Política e reversão legislativa da jurisprudência	379
8.15.4. Judicialização da Política e a chamada "doutrina Chenery"	380
8.15.5. Judicialização da Política e a chamada "doutrina Chevron"	381
8.15.6. Críticas de Jeremy Waldron ao judicial review e à judicial supremacy, desacordo moral razoável, legitimidade democrática e soberania popular	382
8.15.7. Pareidolia em textos constitucionais vagos e apostasia em textos constitucionais precisos	384
9. Quadro Sinóptico	386

CAPÍTULO VII – HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS 393

1. A Constituição de 1824	393
2. A Constituição de 1891	394
3. A Constituição de 1934	396
4. A Constituição de 1937	397

5. A Constituição de 1946	399
6. A Constituição de 1967	400
7. A Constituição de 1969 (Emenda Constitucional Nº 1, de 1969)	401
8. A Constituição de 1988	402
9. Quadro Sinóptico	404

TÍTULO II

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO VIII – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS 409

1. Princípios Fundamentais	409
2. Princípios Estruturantes	409
2.1. Princípio Republicano	410
2.2. Princípio Federalista	410
2.3. Princípio do Estado Democrático de Direito	411
2.4. Soberania Popular	412
2.5. Separação dos poderes	413
3. Os fundamentos da República Federativa do Brasil	414
3.1. Soberania	415
3.2. Cidadania	415
3.3. O princípio da dignidade da pessoa humana	416
3.3.1. Os marcos fundamentais da dignidade da pessoa humana	417
3.3.2. As principais dimensões da dignidade da pessoa humana	420
3.3.3. O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais na Constituição de 1988	423
3.4. Valores Sociais do Trabalho e Livre Iniciativa	427
3.5. Pluralismo Político	427
4. Os objetivos da República Federativa do Brasil	428
5. Princípios regentes das relações internacionais	430
6. Quadro Sinóptico	434

TÍTULO III

DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO IX – TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Introdução	437	10. O § 3º do art. 5º e a hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos	465
2. Delimitação conceitual	437	10.1. O conceito de bloco de constitucionalidade	468
3. Antecedentes históricos e evolução dos direitos fundamentais	440	10.2. Tratados Internacionais aprovados nos termos do § 3º do art. 5º da CF/88	470
3.1. As gerações dos direitos fundamentais ...	442	11. O § 4º do art. 5º e a submissão do Brasil ao Tribunal Penal Internacional	470
4. Características dos direitos fundamentais	445	11.1. Princípios do Tribunal Penal Internacional	470
4.1. Relatividade	446	11.2. Competência do Tribunal Penal Internacional	471
4.2. Imprescritibilidade e Incaducabilidade	448	11.3. A Entrega	472
4.3. Inalienabilidade (indisponibilidade ou intransmissibilidade)	448	12. O § 1º do art. 5º: aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais	473
4.4. Irrenunciabilidade	448	13. A eficácia dos direitos fundamentais	474
4.5. Personalidade	449	13.1. Eficácia Vertical	474
4.6. Vitaliciedade	449	13.2. Eficácia Horizontal: a aplicabilidade dos direitos fundamentais nas relações privadas	475
4.7. Inviolabilidade	449	13.3. A eficácia diagonal dos direitos fundamentais	477
4.8. Universalidade: planos, universalidade de chegada e de saída, cosmopolitismo	449	13.4. A eficácia vertical com repercussão lateral dos direitos fundamentais	478
4.9. Efetividade	451	13.5. Eficácia Vinculante, Eficácia Irradiante e Eficácia Processual dos direitos fundamentais	478
4.10. Interdependência e Complementaridade	451	14. Os titulares dos direitos fundamentais	479
4.11. Historicidade	452	14.1. Titulares e destinatários dos direitos fundamentais	479
4.12. Vinculação dos Poderes Públicos	452	14.2. A pessoa humana como titular dos direitos fundamentais na CF/88: brasileiros (natos e naturalizados) e estrangeiros (residentes e não residentes)	479
4.13. Aplicabilidade Imediata	452	14.2.1. Direitos Fundamentais dos Nascituros?	481
4.14. Cláusulas pétreas	453	14.2.2. Direitos fundamentais dos Mortos? ...	483
4.15. Inesgotabilidade	453	14.3. Direitos fundamentais de pessoas jurídicas?	484
5. Os quatro status de George Jellinek	453	14.4. Direitos fundamentais de pessoas jurídicas de direito público?	484
6. As funções dos direitos fundamentais	454	14.4.1. Direitos fundamentais de pessoas jurídicas de direito público contra particulares?	485
7. As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais	456	14.5. Direitos fundamentais dos entes despersonalizados?	486
8. Fundamentos dos Direitos Fundamentais	457		
9. A cláusula de abertura material dos direitos fundamentais (§ 2º do art. 5º) e os direitos fundamentais atípicos	458		
9.1. As fontes dos direitos fundamentais atípicos	459		
9.2. Possibilidades constitucionais de identificação e construção dos direitos fundamentais atípicos	460		
9.3. Limites dos Direitos Fundamentais Atípicos e Direitos Fundamentais Putativos	463		

14.6. Direitos fundamentais dos animais?	486
15. Suporte fático dos direitos fundamentais	488
15.1. Elementos do suporte fático	488
15.2. Espécies (teorias) de suporte fático	490
16. Conteúdo Essencial	491
17. Restrição aos direitos fundamentais	493
17.1. Os limites (ou restrições) aos direitos fundamentais	493
17.2. Formas de limitação (restrição) dos direitos fundamentais	495
17.3. Os limites dos limites dos direitos fundamentais	497
18. Colisões entre direitos fundamentais e ponderação de princípios	499
18.1. Críticas ao uso da ponderação de princípios e da regra da proporcionalidade na hermenêutica dos direitos fundamentais	500
19. Direitos fundamentais e reforma constitucional	501
20. Deveres Fundamentais	503
20.1. Uma breve teoria dos deveres fundamentais	503
20.2. Tipologia dos deveres fundamentais na Constituição brasileira de 1988	507
21. Quadro Sinóptico	508

CAPÍTULO X – DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS 521

1. Direitos e Garantias	521
2. Direitos Individuais e Direitos Transindividuais (difusos e coletivos)	521
3. Direito à vida	522
3.1. O direito à vida pode ser restringido?	523
3.2. O nascituro possui direito a vida?	523
3.3. Direito ao aborto?	524
3.3.1. O aborto e o início da vida humana	525
3.3.2. Evolução jurisprudencial sobre o aborto durante a vigência da CF/88	526
3.4. Direito à morte digna? Eutanásia e Suicídio Assistido	528
3.5. Clonagem	530
3.6. Abate de Aeronaves	531
3.7. Vedação à tortura e a tratamentos desumanos ou degradantes	531

3.7.1. A proibição da tortura é direito absoluto? O cenário da bomba relógio	532
3.7.2. O uso de algemas como tratamento degradante	534
3.7.3. Busca pessoal e Revista Íntima	534
3.8. Direito à integridade física e psíquica	537
3.8.1. Disposição do próprio corpo em vida e após a morte: transplantes	537
3.8.2. Tatuagens, piercings, implantes corporais, cirurgias plásticas, suspensão corporal e demais transformações corporais	538
3.8.3. Transgenitalização: cirurgia de redesignação sexual ou (re)adequação sexual	539
4. Direito à liberdade	539
4.1. Liberdade de ação	541
4.2. Liberdade de expressão e de manifestação do pensamento	541
4.2.1. Modelo Estadunidense: mercado livre de ideias, teste de Brandenburg (ação ilegal iminente), doutrina das Fighting words, casos de obscenidade e Miller test	541
4.2.2. Modelo Alemão	544
4.2.3. Modelo Brasileiro	546
4.2.4. O caráter preferencial da liberdade de expressão	551
4.2.5. Liberdade de expressão e (in)tolerância	552
4.2.6. Liberdade de expressão e discurso de ódio	557
4.2.7. Mensagens falsas e liberdade de expressão e de informação	560
4.2.8. A vedação ao anonimato na manifestação do pensamento	562
4.2.9. O direito de resposta	563
4.2.10. A criminalização da manifestação abusiva do pensamento	563
4.2.11. A vedação da censura e a desnecessidade de licença para a manifestação do pensamento	564
4.2.12. Liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação ..	565
4.2.13. Divulgação e compartilhamento de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados que	

atingam a integridade do processo eleitoral	570	4.3.16. Sacrifício de animais em cerimônias religiosas	590
4.2.14. Biografias não autorizadas e liberdade de expressão	570	4.3.17. Ameaça de mal religioso	590
4.2.15. Charges políticas, humor durante o processo eleitoral e a liberdade de expressão	571	4.3.18. Liberdade religiosa, rejeição, medo e aversão a outras fés	591
4.2.16. As limitações à liberdade de expressão da Lei Geral da Copa	571	4.3.19. Proselitismo religioso e discurso de ódio	591
4.2.17. Dossiês contra agentes públicos que aderiram ao movimento antifascista	572	4.3.20. Limitações aos cultos presenciais durante a pandemia da COVID-19	594
4.2.18. Liberdade de expressão e restrição à difusão de produto audiovisual em plataforma de "streaming" – o caso "Especial de Natal Porta dos Fundos: A Primeira Tentação de Cristo"	572	4.3.21. Vestimentas religiosas, identidade oficial e segurança	595
4.2.19. Liberdade de expressão, humor e racismo recreativo	573	4.4. Liberdade de exercício profissional	595
4.3. Liberdade Religiosa	575	4.5. Liberdade de informação	597
4.3.1. Estado Laico: origens, conceito, delimitação e "Lemon Test"	575	4.5.1. Liberdade de informação jornalística	599
4.3.2. Liberdade de consciência, de crença e de culto	578	4.6. Liberdade de locomoção	603
4.3.3. Escusa de consciência	579	4.6.1. Cobrança de pedágios em rodovias e vias públicas	603
4.3.4. O direito à prestação de assistência religiosa	583	4.6.2. Condução Coercitiva de investigados e réus	603
4.3.5. Imunidade tributária religiosa	583	4.6.3. Restrições à liberdade de locomoção durante a pandemia da COVID-19: lockdown e toque de recolher	604
4.3.6. Ensino religioso nas escolas	583	4.6.4. Passaporte sanitário (ou da vacina) ..	605
4.3.7. Feriados religiosos	584	4.7. Liberdade de reunião	606
4.3.8. Casamento perante autoridades religiosas	585	4.7.1. Marcha da Maconha	608
4.3.9. Curandeirismo	585	4.8. Liberdade de associação	609
4.3.10. Símbolos religiosos em repartições públicas	585	5. Direito à Igualdade	611
4.3.11. Obrigação de instituições públicas manterem exemplares de livro religioso	586	5.1. Direito Antidiscriminatório	616
4.3.12. Guarda sabática e designação de datas diversas para realização de provas de concurso público	586	5.1.1. Normas de Direito Antidiscriminatório	618
4.3.13. A expressão "sob a proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição	587	5.1.2. Preconceito, discriminação, racismo e outros termos correlatos	618
4.3.14. A expressão "Deus seja louvado" nas cédulas de Real	587	5.1.3. Racismo reverso? Discriminação contra maiores? Só o racismo estrutural é racismo? A nossa visão	621
4.3.15. Recusa de transfusão sanguínea por testemunhas de Jeová	588	5.1.4. A adoção das teses do racismo estrutural e do racismo reverso pelos tribunais superiores	627
		5.2. Igualdade entre homens e mulheres	630
		5.3. Igualdade e direitos das pessoas LGBTQ+	632
		5.3.1. O reconhecimento das famílias LGBTQ+: união civil, adoção, direitos de família, sucessórios e correlatos	632
		5.3.2. Direitos civis, políticos e sociais das pessoas LGBTQ+	633

5.3.3.	A criminalização da homotransfobia .	634	7.2.1.	Intervenção supressiva: desapropriação	679
5.3.4.	Identitarismo progressista e identidade trans	635	7.2.2.	Intervenções restritivas	680
5.3.5.	Identitarismo trans e o debate sobre identidade de gênero e doutrinação de gênero	639	7.3.	A impenhorabilidade da pequena propriedade rural familiar	681
5.3.6.	A adoção do identitarismo trans pelos poderes públicos e o reconhecimento dos direitos das pessoas trans	643	7.4.	Propriedade Intelectual	681
5.3.7.	Educação de gênero, identidade de gênero e ideologia de gênero nos tribunais superiores	645	7.5.	Direito à herança	682
5.3.8.	Uso de banheiro por pessoas trans-gênero	645	8.	Direito à privacidade	682
5.3.9.	Linguagem de gênero (linguagem neutra ou inclusiva)	647	8.1.	Direito à intimidade	683
5.3.10.	A participação das trans em esportes femininos contra mulheres	648	8.2.	Direito à vida privada	684
5.3.11.	Críticas da doutrina brasileira à criação judicial dos direitos LGBTQ+	650	8.3.	Direito à honra	684
5.4.	Igualdade e Direitos das Pessoas com Deficiência (PCD) e da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	654	8.4.	Direito à imagem	684
5.4.1.	Eugenia Capacitista e Aborto Eugênico de Pessoas com Deficiência	660	8.5.	Restrições ao direito à privacidade	685
5.5.	Igualdade e Ações Afirmativas	661	8.6.	Direito ao esquecimento	686
5.6.	Igualdade e critérios de admissão em concurso público	665	8.7.	Inviolabilidade do domicílio	688
5.7.	Prisão Especial	667	8.8.	Sigilos pessoais	691
6.	Direito à segurança	668	8.8.1.	Sigilo de correspondência	692
6.1.	Segurança Jurídica	669	8.8.2.	Sigilo de dados	693
6.2.	Garantias fundamentais relacionadas à segurança jurídica	671	8.8.2.1.	Sigilo de dados bancários	694
6.2.1.	Princípio da legalidade	672	8.8.2.2.	Sigilo de dados fiscais	696
6.2.2.	Limites à retroatividade da lei	673	8.8.2.3.	Sigilo de dados telefônicos	696
6.2.2.1.	Direito adquirido	673	8.8.3.	Sigilo das comunicações	697
6.2.2.2.	Ato jurídico perfeito	675	8.8.3.1.	Sigilo das comunicações telegráficas	698
6.2.2.3.	Coisa julgada	675	8.8.3.2.	Sigilo das comunicações telefônicas	698
6.3.	Direito à Segurança Pessoal e Porte de Armas de Fogo: existe um direito fundamental à posse ou porte de armas?	676	8.8.4.	Gravação clandestina	699
7.	Direito à propriedade	678	8.8.5.	Gravação ostensiva sem consentimento das pessoas gravadas	701
7.1.	Função social da propriedade	678	8.9.	Direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais	702
7.2.	Intervenção do Estado na propriedade privada	679	8.9.1.	Sigilo de dados telemáticos (informáticos)	703
			8.9.2.	Sigilo das comunicações telemáticas (informáticas)	706
			8.9.2.1.	Compartilhamento e divulgação de conversas telemáticas (conversas por SMS, WhatsApp e outros aplicativos de conversa ou chamada)	707
			8.9.3.	Os provedores de internet são obrigados a guardar os dados pessoais de seus usuários?	708

8.9.4. Compartilhamento de dados pessoais no âmbito da Administração Pública Federal	709	13.10. Do direito à amamentação dos filhos das presidiárias	741
8.9.5. Requisição de dados telemáticos, por autoridades judiciais brasileiras, diretamente a provedores no exterior ..	709	13.11. Princípio da não extradição	741
8.9.6. Remoção global (mundial) de conteúdo da internet por ordem de autoridade judicial brasileira	710	13.12. Princípio da presunção de inocência	742
8.9.7. Responsabilidade de plataformas digitais por conteúdo de terceiros	710	13.13. Do direito de não ser submetido à identificação criminal	744
9. Defesa do Consumidor	713	13.14. Do direito a promoção da ação penal privada subsidiária da pública	744
10. Direito de petição e obtenção de certidões ..	713	13.15. Dos direitos e garantias do preso	745
11. Gratuidade das certidões de nascimento e de óbito	714	13.15.1. Exame de DNA forçado e exame de DNA obrigatório: restrições aos direitos de não autoincriminação e à integridade física e moral	747
12. Direitos e garantias fundamentais processuais	715	13.16. Da vedação da prisão civil	748
12.1. Devido processo legal	715	13.17. Responsabilidade do Estado por erro judiciário e por manter pessoa presa além do tempo da sentença	749
12.2. Contraditório	716	13.18. Princípio da alteridade e a aquisição e o cultivo de plantas ou substâncias psicotrópicas para uso recreativo e fins terapêuticos	750
12.3. Ampla Defesa	717	13.19. Princípio da intervenção penal mínima e a inconstitucionalidade das contravenções penais	753
12.4. Acesso à Justiça	719	13.20. Politização do Processo Penal: direito penal do inimigo à brasileira	754
12.5. Duplo grau de jurisdição	720	13.20.1. Mensalão: o primogênito	755
12.6. Publicidade	721	13.20.2. Operação Lava-Jato: o filho rejeitado	755
12.7. Motivação	722	13.20.3. Inquérito das Fake News: o filho imortalizado	757
12.8. Juiz natural, independente e imparcial ...	724	13.20.4. 8 de Janeiro e a tentativa de golpe: The Good Son	759
12.9. Inadmissibilidade das provas ilícitas	725	13.21. Direitos fundamentais das vítimas?	763
12.10. Duração razoável do processo	727	14. Quadro Sinóptico	764
13. Direitos e garantias fundamentais penais	728	CAPÍTULO XI – DIREITOS SOCIAIS	779
13.1. Tribunal do Júri	728	1. Conceito	779
13.2. Da legalidade e anterioridade da lei penal	731	2. Notas históricas	779
13.3. Da irretroatividade da lei penal	732	3. Características	780
13.4. Da criminalização do racismo	732	4. O Mínimo Existencial	781
13.5. Dos crimes inafiançáveis e insusceptíveis de graça ou anistia	734	5. A Reserva do Possível	782
13.6. Da criminalização da ação de grupos armados contra a ordem constitucional democrática	736	5.1. Teoria das escolhas trágicas	784
13.7. Da individualização da pena e responsabilidade do condenado	736	6. O princípio da observância do núcleo essencial dos direitos fundamentais sociais	785
13.8. Das penas vedadas	738		
13.9. Do respeito à integridade física e moral dos presos	740		

7. O princípio da utilização do máximo dos recursos possíveis	785	4. Critérios para aquisição da nacionalidade secundária	808
8. O princípio da implementação progressiva ...	785	5. O polipátrida e o apátrida	809
9. O princípio da proibição de retrocesso social	785	6. Os brasileiros natos	809
10. Classificação dos direitos sociais	786	7. Os brasileiros naturalizados	812
11. Direitos sociais em espécie	786	8. O português equiparado (quase nacionalidade)	815
11.1. Direito à educação	786	9. Distinções entre brasileiros natos e naturalizados	815
11.2. Direito à saúde	787	10. Perda da nacionalidade	817
11.3. Direito à alimentação	787	11. Medidas de Cooperação	820
11.4. Direito ao trabalho	788	11.1. Extradicação	820
11.5. Direito à moradia	788	11.2. Transferência de Execução da Pena	823
11.6. Direito ao transporte	789	11.3. Transferência de Pessoa Condenada	824
11.7. Direito ao lazer	789	12. Medidas de retirada compulsória	824
11.8. Direito à segurança	790	12.1. Expulsão	825
11.9. Direito à previdência social	790	12.2. Deportação	826
11.10. Direito à proteção à maternidade e à infância	790	12.3. Repatriação	827
11.11. Direito à assistência aos desamparados ...	790	13. Direito de permanecer no Brasil	828
11.12. Direito à renda básica familiar	790	13.1. Asilo político	829
12. Direitos do trabalhador	792	13.2. Refúgio	830
12.1. Direitos fundamentais individuais do trabalhador	792	14. A língua e os símbolos nacionais	831
12.2. Direitos fundamentais coletivos do trabalhador	799	15. Supranacionalidade	832
12.2.1. Direito de associação profissional ou sindical	799	16. Quadro Sinóptico	833
12.2.2. Direito de greve	800		
12.2.3. Direito de participação	801		
12.2.4. Direito de representação classista	801		
13. Metodologia Fuzzy e Camaleões Normativos na abordagem jurídica dos direitos sociais ..	801		
14. Solidariedade intrageracional e intergeracional dos direitos fundamentais (sociais)	802		
15. Quadro Sinóptico	803		

CAPÍTULO XII – DIREITOS DE NACIONALIDADE 807

1. Conceitos fundamentais	807
2. Espécies de nacionalidade	808
3. Critérios para aquisição da nacionalidade primária	808

CAPÍTULO XIII – DIREITOS POLÍTICOS 839

1. Conceito	839
2. Classificação dos direitos políticos	839
3. Direitos Políticos Positivos	839
3.1. Direito de sufrágio	840
3.1.1. Espécies de sufrágio	840
3.1.2. O voto	842
3.1.3. Alistabilidade (ou capacidade eleitoral ativa)	843
3.1.4. Elegibilidade (ou capacidade eleitoral passiva)	844
3.1.5. Sistemas eleitorais	845
3.2. Plebiscito	847
3.3. Referendo	848
3.4. Consultas Populares durante as eleições municipais	849
3.5. Iniciativa popular de lei	849

3.6. Ação Popular	849
3.7. Direito de organização e participação em partidos políticos	850
4. Direitos Políticos Negativos	850
4.1. Inelegibilidades	850
4.1.1. Inelegibilidade absoluta	850
4.1.2. Inelegibilidade relativa	851
4.1.2.1. Inelegibilidade relativa em razão da função	851
4.1.2.2. Inelegibilidade relativa em razão do parentesco (Inelegibilidade reflexa)	853
4.1.2.3. Inelegibilidade relativa legal	856
4.1.3. O militar e a (in)elegibilidade	857
4.1.4. Inelegibilidades impostas a ocupantes de certos cargos públicos	858
4.2. Perda dos direitos políticos	858
4.3. Suspensão dos direitos políticos	859
5. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	861
6. Princípio da Anterioridade (ou Anualidade) Eleitoral	862
7. Partidos Políticos	863
7.1. Conceito	863
7.2. Natureza jurídica e requisitos para criação	863
7.3. Liberdade e Autonomia Partidária	864
7.3.1. Coligações partidárias	865
7.3.2. (In) fidelidade partidária	866
7.4. Direito aos recursos do fundo partidário, direito de antena (acesso ao rádio e à televisão) e a cláusula de barreira	867
7.5. Financiamento de campanha	868
7.6. Federações de Partidos Políticos	869
8. Ações Afirmativas e Eleições: medidas para assegurar a representatividade das minorias ..	871
8.1. Ações Afirmativas relativas às mulheres ..	871
8.2. Ações Afirmativas relativas aos negros	873
9. Quadro Sinóptico	874

TÍTULO IV

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS PODERES

CAPÍTULO XIV – ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

1. Introdução	883
1.1. Conceito de Estado	883
1.2. Estado x Nação	883
1.3. Elementos constitutivos do Estado	884
2. Formas de Estado, Formas de Governo, Sistemas de Governo e Regimes de Governo ...	885
2.1. Formas de Estado	885
2.1.1. Estado Unitário	885
2.1.2. Estado Regional	886
2.1.3. Estado Autônomo	886
2.1.4. Estado Federal	886
2.1.5. Confederação	887
2.2. Formas de Governo	888
2.2.1. Classificação de Aristóteles	888
2.2.2. Classificação de Maquiavel	888
2.3. Sistemas de Governo	890
2.3.1. Presidencialismo	891
2.3.2. Parlamentarismo	891
2.3.3. Semipresidencialismo	892
2.3.4. Diretorismo ou Convencionalismo	893
2.3.5. Presidencialismo de Coalizão	893
2.4. Regimes de Governo	893
2.4.1. Autocracia	893
2.4.2. Democracia	895
3. Espécies (tipos ou modos) de Federalismo ...	899
3.1. Quanto à (ou formação) do federalismo ..	899
3.2. Quanto à concentração de poder	900
3.3. Quanto à repartição de competências	900
3.4. Quanto ao equacionamento das desigualdades	901
3.5. Quanto às esferas integrantes da federação	901
4. O Federalismo Brasileiro	902
4.1. União	903
4.1.1. A autonomia da União	903

[illegible]

4.8. Controle judicial	971	6.3. Período Legislativo	1006
5. Intervenção Estadual	971	6.4. Sessão preparatória	1006
6. Sistematização das hipóteses de intervenção (federal e estadual) com os processos de decretação	973	6.5. Sessão ordinária	1007
7. Quadro Sinóptico	974	6.6. Sessão extraordinária	1007
		6.7. Sessão legislativa extraordinária	1007
		6.8. Quóruns	1008
CAPÍTULO XVI – PODER LEGISLATIVO	979	7. Estatuto dos Congressistas	1009
1. Introdução	979	7.1. Imunidades	1009
2. Atribuições	980	7.1.1. Imunidade Material	1010
3. Estrutura EXTERNA do Poder Legislativo	981	7.1.2. Imunidade Formal em relação à pri- são	1017
4. Composição e Atribuições	981	7.1.2.1. Medidas cautelares diversas da prisão	1020
4.1. Congresso Nacional	981	7.1.3. Imunidade Formal em relação ao processo	1021
4.2. Câmara dos Deputados	984	7.1.4. Imunidade Testemunhal	1024
4.3. Senado Federal	985	7.1.5. Imunidades dos demais membros do Poder Legislativo	1024
4.4. Assembleias Legislativas	987	7.2. Foro por prerrogativa de função	1025
4.5. Câmara Legislativa do Distrito Federal	989	7.2.1. Foro por prerrogativa de função dos parlamentares federais	1026
4.6. Câmaras Municipais	990	7.2.2. Foro por prerrogativa de função dos parlamentares estaduais e distritais	1028
5. ESTRUTURA INTERNA DO PODER LEGISLA- TIVO	992	7.2.3. Foro por prerrogativa de função dos parlamentares municipais	1029
5.1. Plenário	992	7.3. Incompatibilidades	1030
5.2. Mesas Diretoras	992	7.4. Perda de Mandato	1031
5.3. Comissões	995	7.4.1. Cassação do Mandato	1032
5.3.1. Comissão representativa do Congresso Nacional	996	7.4.2. Extinção do Mandato	1034
5.3.2. Comissão Parlamentar de Inquérito	996	7.4.3. Hipóteses que não ensejam a perda de mandato	1035
5.3.2.1. Requisitos	997	7.5. Sistematização das competências para decidir sobre a perda de mandato e para julgamento de crimes comuns	1036
5.3.2.2. Limites: normas que a CPI deve observar	998	8. Fiscalização contábil, Financeira e Orçamen- tária	1036
5.3.2.3. Poderes: o que a CPI pode sem ordem judicial	999	8.1. Sistema Interno de Controle	1036
5.3.2.4. Impedimentos: o que a CPI não pode	1001	8.2. Sistema Externo de Controle	1037
5.3.2.5. Controle judicial dos atos pratica- dos pela CPI	1003	8.3. Tribunal de Contas da União (TCU)	1037
5.3.2.6. Relatório final e conclusões das CPIs	1003	8.3.1. Composição do TCU	1038
5.3.2.7. CPIs Estaduais, Distritais e Muni- cipais	1003	8.3.2. Garantias dos Ministros do TCU	1038
5.4. Polícia	1005	8.3.3. Atribuições do TCU	1039
6. Funcionamento do Poder Legislativo	1005		
6.1. Legislatura	1006		
6.2. Sessão legislativa ordinária	1006		

8.3.4. Rejeição de contas e inelegibilidade	1044	9.5. Procedimento de tramitação	1088
8.3.5. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União	1044	9.6. Regime de Urgência nas Medidas Provisórias	1089
8.4. Tribunal de Contas dos Estados e do Distrito Federal	1045	9.7. A rejeição das Medidas Provisórias e seus efeitos	1090
8.5. Fiscalização das Contas Municipais	1049	9.8. Revogação	1090
8.5.1. Regime Jurídico do Tribunal de Contas dos Municípios e do Tribunal de Contas do Município	1052	9.9. Vedação à reedição de Medidas Provisórias	1091
9. Quadro Sinóptico	1053	9.10. Controle de constitucionalidade das Medidas Provisórias	1091
CAPÍTULO XVII – PROCESSO LEGISLATIVO	1061	9.11. Medidas Provisórias Estaduais e Municipais	1091
1. Conceito	1061	9.12. Diferenças do regime das Medidas Provisórias antes e depois da EC nº 32/2001	1092
2. Espécies normativas primárias	1061	9.13. Diferenças entre a Medida Provisória e o antigo Decreto-Lei utilizado pelas ditaduras	1092
3. Classificação do processo legislativo	1064	10. Processo legislativo dos Decretos Legislativos	1093
3.1. Processo Legislativo Remoto	1064	11. Processo legislativo das Resoluções	1094
4. Fases do processo legislativo	1065	12. Processo legislativo das Emendas à Constituição	1094
5. Processo Legislativo Ordinário	1065	13. Processo de incorporação de tratados internacionais	1097
5.1. Fase Introdutória (iniciativa)	1065	14. Quadro Sinóptico	1099
5.1.1. Iniciativa privativa do Presidente da República	1066	CAPÍTULO XVIII – PODER EXECUTIVO	1111
5.1.2. Iniciativa popular de lei	1069	1. Introdução	1111
5.2. Fase Constitutiva: regime de tramitação, discussão, votação, sanção e veto	1069	2. Estruturas Organizacionais	1112
5.3. Fase Complementar	1074	3. Presidencialismo	1112
5.4. Sistematização do processo legislativo ordinário	1076	4. Presidente da República	1114
5.5. Especificidades das Leis Orçamentárias e Financeiras	1077	4.1. Requisitos para o cargo	1114
6. Processo Legislativo Sumário: Regime Constitucional de Urgência	1078	4.2. Modo de investidura: eleição, sistema eleitoral, mandato e posse	1114
6.1. Regime de Urgência Legislativo?	1079	4.3. Impedimento e Vacância: a linha de substituição e sucessão do Presidente	1116
7. Processo legislativo das Leis Complementares	1079	4.4. Licença	1118
8. Processo legislativo das Leis Delegadas	1082	4.5. Atribuições do Presidente da República	1118
9. Processo legislativo das Medidas Provisórias	1085	5. Vice-Presidente da República	1122
9.1. Conceito	1085	5.1. Requisitos para o cargo	1122
9.2. Pressupostos constitucionais legitimadores	1085	5.2. Modo de investidura	1123
9.3. Prazo de vigência	1086	5.3. Atribuições do Vice-Presidente da República	1123
9.4. Limites materiais à edição	1086	6. Ministros de Estado	1123

8. Supremo Tribunal Federal	1179	17. Justiça de Paz	1217
8.1. Composição	1181	18. Regime de Precatórios	1217
8.2. Competências	1182	19. CARTÓRIOS: SERVIÇOS NOTARIAIS E REGIS- TRAIS	1218
8.2.1. Competências Originárias	1182	20. Tabela resumo: competência constitucional para julgamento de autoridades com foro por prerrogativa nos tribunais	1219
8.2.2. Competências Recursais Ordinárias	1188	21. Questões aprofundadas sobre o Poder Judici- ário	1220
8.2.3. Competências Recursais Extraordinárias 1189		21.1. Funções nomofilática e dikelógica dos Tribunais Superiores	1220
9. Súmulas Vinculantes	1193	21.2. Funções das Supremas Cortes e dos Tribunais Constitucionais, segundo Luís Roberto Barroso	1220
9.1. Conceito	1193	21.3. <i>Quis Custodiet Ipsos Custodes?</i> O Paradigma do Controle Judicial	1224
9.2. Competência	1195	21.4. Uma breve teoria dos precedentes 1227	
9.3. Pressupostos	1195	21.4.1. Fundamentos, Conceito, Elementos e Dinâmica dos Precedentes	1227
9.4. Objeto	1196	21.4.2. Eficácia e Tipologia dos Precedentes Judiciais	1229
9.5. O efeito vinculante	1196	21.4.3. Aplicação e Superação de preceden- tes	1230
9.6. Edição, revisão e cancelamento de Súmula Vinculante	1197	21.5. Os efeitos vinculantes das deliberações do STF	1231
9.7. Reclamação Constitucional e o descum- primento ou inobservância da Súmula Vinculante	1198	21.5.1. Efeitos erga omnes x efeitos vinculan- tes	1232
10. Superior Tribunal de Justiça	1199	21.5.2. Teoria Extensiva x Teoria Restritiva ...	1232
10.1. Composição	1199	21.5.3. Eficácia subjetiva dos efeitos vincu- lantes: quem está vinculado e quem não está vinculado?	1232
10.2. Competências	1200	22. Quadro Sinóptico	1234
10.2.1. Competências Originárias	1200		
10.2.2. Competências Recursais Ordinárias	1201		
10.2.3. Competências Recursais Especiais ..	1202		
11. Justiça do Trabalho	1202		
11.1. Tribunal Superior do Trabalho	1203		
11.2. Tribunais Regionais do Trabalho	1203		
11.3. Juizes do Trabalho	1204		
11.4. Competências	1204		
12. Justiça Eleitoral	1206		
12.1. Tribunal Superior Eleitoral	1207		
12.2. Tribunais Regionais Eleitorais	1207		
12.3. Juizes eleitorais e juntas eleitorais	1208		
12.4. Competências	1208		
13. Justiça Militar	1208		
14. Justiça Federal	1210		
14.1. Tribunais Regionais Federais	1210		
14.2. Juizes Federais	1211		
14.3. Federalização	1213		
15. Justiça Estadual	1215		
15.1. Justiça Militar Estadual	1215		
16. Juizados Especiais	1216		
		CAPÍTULO XX – FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	1241
		1. Introdução	1241
		2. Ministério Público	1241
		2.1. Histórico, Definição e Natureza	1241
		2.2. Princípios Institucionais	1243
		2.3. Ingresso na Carreira	1246
		2.4. Garantias dos membros do Ministério Público	1247
		2.4.1. Garantias Institucionais	1247
		2.4.2. Garantias Funcionais	1247

2.4.3. Vedações aos membros do Ministério Público	1249	5. Defensoria Pública	1285
2.4.4. Prerrogativa de assento à direita dos juízes	1250	5.1. Organização das Defensorias Públicas ...	1286
2.5. Organização e composição do Ministério Público	1250	5.1.1. Defensor Público Geral	1287
2.5.1. Ministério Público Eleitoral	1252	5.2. Autonomia Funcional, Administrativa e Financeira	1288
2.5.2. Conflitos de Atribuições	1253	5.3. Princípios Institucionais	1291
2.6. Procurador Geral da República	1254	5.4. Garantias dos Defensores Públicos	1292
2.7. Procurador Geral de Justiça	1255	5.5. Prerrogativas dos Defensores Públicos ..	1293
2.8. Prerrogativa de Foro	1257	5.5.1. Poder de Requisição da Defensoria Pública	1294
2.9. Funções Institucionais do Ministério Público	1258	5.6. Vedações aos Defensores Públicos	1295
2.9.1. Poder de Investigação Criminal Própria	1261	5.7. Destinatários dos serviços da Defensoria Pública	1296
2.10. Conselho Nacional do Ministério Público	1263	5.8. Atuação da Defensoria Pública	1296
2.10.1. Composição	1263	5.9. Serviço Municipal de Prestação de Assistência Jurídica	1298
2.10.2. Competências	1264	5.10. Advogado da Justiça Militar	1298
2.10.3. Controle judicial da atuação do CNMP	1266	6. Quadro Sinóptico	1298
2.11. Ministério Público nos Tribunais de Contas	1266		
3. Advocacia Pública	1267	CAPÍTULO XXI – DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	1307
3.1. Advocacia Geral da União	1268	1. Introdução: sistema constitucional de crises	1307
3.1.1. Organização da Advocacia Geral da União: carreiras da advocacia pública federal	1269	2. Princípios Informadores	1308
3.1.2. Membros da Advocacia Geral da União e Ingresso na Carreira	1269	3. Estado de Defesa	1309
3.1.3. Advogado Geral da União	1270	3.1. Introdução	1309
3.2. Procuradoria dos Estados e do Distrito Federal: regime jurídico constitucional ...	1271	3.2. Hipóteses de decretação	1309
3.2.1. Princípio da unicidade	1272	3.3. Titularidade	1310
3.2.2. Procurador Geral do Estado	1275	3.4. Requisitos formais	1310
3.3. Procuradoria dos Municípios	1276	3.5. Procedimento	1310
4. Advocacia Privada	1277	3.6. Prazo de duração	1311
4.1. Habilitação Profissional	1278	3.7. Abrangência	1311
4.2. Ordem dos Advogados do Brasil	1279	3.8. Medidas coercitivas	1311
4.3. Princípio da Indisponibilidade do Advogado	1281	3.9. Controle da medida	1312
4.4. Princípio da Inviolabilidade do Advogado	1282	4. Estado de Sítio	1313
4.5. Direitos do Advogado	1282	4.1. Introdução	1313
		4.2. Hipóteses de decretação	1313
		4.3. Titularidade	1314
		4.4. Requisitos formais	1314
		4.5. Procedimento	1315
		4.6. Prazo de duração	1315
		4.7. Abrangência	1316

4.8. Medidas coercitivas	1316	3. Política Urbana	1354
4.9. Controle da medida	1317	4. Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária	1356
4.10. Tabela Resumo Comparativa: Estado de Defesa x Estado de Sítio	1318	5. Sistema Financeiro Nacional	1358
5. Forças Armadas	1319	6. Quadro Sinóptico	1359
5.1. Normas gerais	1321	3.1. Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)	1365
5.2. Serviço Militar Obrigatório	1324	3.2. Custeio do Sistema Único de Saúde	1367
6. Segurança Pública	1324	3.3. Assistência à saúde pela iniciativa privada	1368
6.1. Órgãos de Segurança Pública	1325	3.4. Competências do Sistema Único de Saúde	1369
6.2. Órgãos Federais	1326	3.5. Judicialização da saúde e as principais decisões do STF e do STJ sobre o direito à saúde	1370
6.3. Órgãos Estaduais	1327	3.5.1. Principais decisões relativas à concessão de medicamentos pelo SUS	1372
6.4. Órgãos do Distrito Federal	1330	3.5.2. Principais decisões relativas à pandemia da COVID-19	1377
6.5. Órgãos Municipais	1331	3.5.3. Vacinação Obrigatória	1379
6.6. Segurança viária	1332	4. Previdência Social	1380
6.7. Proibição de greve	1333	4.1. Organização	1381
6.8. Controle judicial de ações policiais em favelas dominadas por organizações criminosas: ADPF das Favelas	1333	4.2. Benefícios	1381
7. Quadro Sinóptico	1335	4.3. Valor dos benefícios, cálculo, limites e reajuste	1382
		4.4. Previdência Privada	1383
		5. Assistência Social	1384
		5.1. Assistência Social Temporária Eleitoral: reconhecimento de estado de emergência decorrente da elevação dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e medidas assistencialistas eleitoreiras ..	1385
		6. Educação	1386
		6.1. Princípios informadores do ensino	1386
		6.2. Efetivação do dever do Estado com a educação	1388
		6.3. O ensino pela iniciativa privada	1389
		6.4. Competência dos entes federados em relação ao ensino	1389
		6.5. Custeio da educação e aplicação dos recursos públicos na manutenção e desenvolvimento do ensino	1390
		6.5.1. FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica	

TÍTULO V

ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

CAPÍTULO XXII – ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA 1345

1. FUNDAMENTOS E Princípios da Ordem Econômica	1345
2. Atuação do Estado na Ordem Econômica ...	1350
2.1. Atuação Indireta do Estado na Economia ..	1351
2.2. Atuação Direta do Estado na Economia	1352
3. Política Urbana	1354
4. Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária	1356
5. Sistema Financeiro Nacional	1358
6. Quadro Sinóptico	1359

CAPÍTULO XXIII – ORDEM SOCIAL 1361

1. Fundamentos e Princípios da Ordem Econômica	1345
2. Atuação do Estado na Ordem Econômica ...	1350
2.1. Atuação Indireta do Estado na Economia ..	1351
2.2. Atuação Direta do Estado na Economia	1352

e de Valorização dos Profissionais da Educação	1391
6.5.2. Desresponsabilização pelo descumprimento, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do mínimo constitucional na manutenção e desenvolvimento do ensino	1392
6.6. Plano Nacional de Educação	1392
6.7. Judicialização da educação e as principais decisões do STF e do STJ sobre o direito à educação	1393
7. Cultura	1396
7.1. Patrimônio cultural brasileiro	1397
7.2. Plano Nacional de Cultura	1398
7.3. Sistema Nacional de Cultura	1398
8. Desporto	1399
8.1. Justiça Desportiva	1400
8.2. Direito ao lazer	1401
9. Ciência, Tecnologia e Inovação	1401
10. Comunicação Social	1402
10.1. Liberdade de informação jornalística	1402
10.2. Princípios regentes da produção e da programação das emissoras de rádio e televisão	1403
10.3. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens	1404
10.4. Concessão, permissão e autorização de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens	1404
11. Meio Ambiente	1405
11.1. Responsabilidade por danos ambientais	1406
11.2. Judicialização do meio ambiente e as principais decisões do STF e do STJ sobre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	1408
12. Família, Criança, Adolescente, Jovem e Idoso	1410
12.1. Família	1410
12.2. Criança, Adolescente e Jovem	1419
12.2.1. Inimputabilidade penal da criança e do adolescente	1421
12.3. Idoso	1424
13. Índios	1425

13.1. Princípio da proteção da identidade e o reconhecimento do direito à diferença ..	1425
13.2. O direito à terra indígena	1426
13.3. A defesa dos direitos e interesses indígenas em juízo	1430
14. Quadro Sinóptico	1431

TÍTULO VI

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

CAPÍTULO XXIV – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	1439
1. Conceito	1439
2. Pressupostos	1439
3. Inconstitucionalidade	1440
3.1. Inconstitucionalidade formal e material	1441
3.2. Inconstitucionalidade por ação e por omissão	1443
3.3. Inconstitucionalidade originária e superveniente	1444
3.4. Inconstitucionalidade total e parcial	1446
3.5. Inconstitucionalidade direta e indireta ..	1446
3.6. Inconstitucionalidade circunstancial	1447
3.7. Inconstitucionalidade por vício de decoro parlamentar	1448
3.8. Inconstitucionalidade útil	1448
3.9. Inconstitucionalidade Chapada	1448
3.10. Inconstitucionalização	1449
4. Classificação do controle de constitucionalidade	1449
4.1. Quanto ao parâmetro do controle	1449
4.2. Quanto ao objeto do controle	1450
4.3. Quanto ao momento da realização do controle	1451
4.4. Quanto à natureza do órgão competente para o controle	1451
4.5. Quanto ao número de órgãos judiciais competentes para o controle	1452
4.6. Quanto à finalidade do controle judicial (ou à cognição fática)	1452
4.7. Quanto ao modo de manifestação do controle judicial	1453
4.8. Quanto à supremacia do controle judicial ..	1453

5. Breve histórico dos modelos de controle de constitucionalidade	1454	7.6.2.2. A abstrativização dos efeitos no controle difuso: repercussão geral e reclamação	1476
5.1. O surgimento do controle de constitucionalidade moderno no sistema estadunidense (difuso) da judicial review of legislation .	1455	7.6.2.3. A abstrativização dos efeitos no controle difuso: mutação constitucional?	1477
5.2. O sistema austríaco (concentrado) de controle de constitucionalidade idealizado por Hans Kelsen	1457	7.7. Tipos de ação no controle difuso de constitucionalidade	1479
5.3. O sistema francês (político) de controle de constitucionalidade e o Conselho Constitucional	1458	8. Controle Concentrado de Constitucionalidade	1480
5.4. O sistema inglês de controle de compatibilidade por meio do diálogo institucional	1459	9. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)	1481
6. Evolução histórica do controle de constitucionalidade no Brasil	1459	9.1. Conceito	1481
6.1. Constituição de 1824	1459	9.2. Legitimidade ativa	1481
6.2. Constituição de 1891	1460	9.3. Competência	1486
6.3. Constituição de 1934	1460	9.4. Parâmetro constitucional	1486
6.4. Constituição de 1937	1461	9.5. Objeto	1488
6.5. Constituição de 1946	1461	9.6. Procedimento	1492
6.6. Constituição de 1967	1462	9.7. Impedimento e Suspeição dos Ministros	1496
6.7. Constituição de 1969 (Emenda Constitucional nº 1, de 1969)	1462	9.8. Medida cautelar	1497
6.8. Constituição de 1988	1463	9.8.1. Fundamentos	1497
7. Controle Difuso de Constitucionalidade	1464	9.8.2. Procedimento	1497
7.1. Parâmetro	1465	9.8.3. Efeitos	1498
7.2. Objeto	1465	9.9. Julgamento	1499
7.3. Legitimidade	1466	9.9.1. Quóruns	1499
7.4. Competência	1466	9.9.2. Recorribilidade	1499
7.5. A inconstitucionalidade declarada pelos tribunais: procedimento	1467	9.9.3. Momento inicial da produção de efeitos da decisão	1500
7.5.1. Cláusula de reserva de plenário: aplicação e mitigação	1469	9.9.4. Efeitos da decisão procedente da ADI	1500
7.6. Efeitos da Decisão	1473	9.9.4.1. Efeitos temporais: efeitos ex tunc e modulação (manipulação) de efeitos	1500
7.6.1. Efeitos temporais	1474	9.9.4.1.1. Eficácia temporal de sentença transitada em julgado fundada em norma supervenientemente declarada inconstitucional pelo STF em controle concentrado	1501
7.6.2. Efeitos quanto ao aspecto subjetivo	1475	9.9.4.2. Oponibilidade dos efeitos: efeitos erga omnes e modulação (manipulação) de efeitos ..	1502
7.6.2.1. A atuação do Senado Federal no controle difuso	1475	9.9.4.3. Efeitos vinculantes	1502

9.9.4.4. Efeitos normativos abstratos ..	1504	11.9.3. Momento inicial da produção de efeitos da decisão	1520
9.9.5. Efeitos da decisão improcedente da ADI	1505	11.9.4. Efeitos da decisão da ADO	1520
9.10. Procedimento Diferenciado na ADI	1505	12. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)	1524
9.11. Celebração de acordo em ações de controle concentrado de constitucionalidade	1506	12.1. Conceito	1524
10. Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC)	1507	12.2. Legitimidade ativa	1524
10.1. Conceito	1507	12.3. Competência	1524
10.2. Finalidade	1507	12.4. Espécies de ADPF	1524
10.3. Caráter dúplice (ou ambivalente) entre a ADI e a ADC	1508	12.5. Parâmetro constitucional	1525
10.4. Legitimidade ativa	1508	12.6. Objeto	1527
10.5. Competência	1508	12.7. Princípio da Subsidiariedade da ADPF ..	1529
10.6. Parâmetro constitucional	1508	12.8. Procedimento	1530
10.7. Objeto	1509	12.9. Medida liminar	1532
10.8. Procedimento	1509	12.10. Julgamento	1533
10.9. Medida cautelar	1511	12.10.1. Quóruns	1533
10.9.1. Fundamentos	1511	12.10.2. Recorribilidade	1533
10.9.2. Procedimento	1511	12.10.3. Momento inicial da produção de efeitos da decisão	1533
10.9.3. Efeitos	1512	12.10.4. Efeitos da decisão da ADPF	1534
10.10. Julgamento	1512	12.10.5. Modulação de efeitos da decisão da ADPF	1534
10.10.1. Quóruns	1512	12.11. Tabela Resumo Comparativa: ADI x ADC x ADO x ADPF	1535
10.10.2. Recorribilidade	1513	13. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (ADI Interventiva)	1536
10.10.3. Momento inicial da produção de efeitos da decisão	1513	13.1. Conceito	1536
10.10.4. Efeitos da decisão da ADC	1513	13.2. Finalidade	1536
10.10.5. Modulação de efeitos da decisão da ADC	1513	13.3. Legitimidade4,	1536
11. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO)	1514	13.4. Competência	1537
11.1. Conceito	1514	13.5. Parâmetro constitucional	1537
11.2. Legitimidade ativa	1514	13.6. Objeto	1538
11.3. Competência	1514	13.7. Procedimento	1538
11.4. Parâmetro constitucional	1514	13.8. Medida cautelar	1539
11.5. Objeto	1515	13.9. Julgamento	1540
11.6. Espécies de ADO	1517	13.9.1. Quóruns	1540
11.7. Procedimento	1517	13.9.2. Recorribilidade	1540
11.8. Medida cautelar	1519	13.9.3. Publicação da decisão da ADI Interventiva	1540
11.9. Julgamento	1520	13.9.4. Efeitos da decisão da ADI Interventiva	1540
11.9.1. Quóruns	1520	13.10. Tabela Resumo: ADI Interventiva	1541
11.9.2. Recorribilidade	1520	14. Controle de Constitucionalidade Estadual ..	1542

14.1. Controle Difuso de Constitucionalidade Estadual	1542	16. Técnicas decisórias avançadas em controle de constitucionalidade	1560
14.2. Controle Concentrado de Constitucionalidade Estadual	1542	16.1. Interpretação conforme à Constituição	1560
14.2.1. Legitimidade	1542	16.2. Declaração de inconstitucionalidade parcial com redução de texto	1561
14.2.2. Competência	1543	16.3. Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto	1561
14.2.3. Objeto	1543	16.4. Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade	1562
14.2.4. Parâmetro constitucional	1543	16.5. Declaração de constitucionalidade de lei "ainda" constitucional (inconstitucionalidade progressiva)	1563
14.2.4.1. A Constituição Estadual como parâmetro	1544	16.5. Sentenças Intermediárias	1563
14.2.4.2. A Constituição Federal como parâmetro	1544	16.5.1. Sentenças (Intermediárias) Normativas: sentenças interpretativas; sentenças aditivas; sentenças aditivas de princípio; e sentenças substitutivas	1564
14.2.4.3. A relação entre o parâmetro e o cabimento de Recurso Extraordinário contra decisões do TJ em controle concentrado de constitucionalidade estadual	1545	16.5.2. Sentenças (Intermediárias) Transitivas/Transacionais: sentenças de inconstitucionalidade sem efeito ablativo; sentenças de inconstitucionalidade com ablação diferida; sentenças de apelo (apelativas); sentenças de aviso	1565
14.2.4.4. A relação entre o parâmetro e o cabimento simultâneo de ações de controle concentrado de constitucionalidade estadual e federal	1547	16.6. Estado de Coisas Inconstitucional	1566
14.2.4.5. Leis Orgânicas dos Municípios como parâmetro de controle de constitucionalidade estadual concentrado pelo TJ?	1548	17. Quadro Sinóptico	1568
14.2.5. Efeitos da decisão em ação de controle concentrado de constitucionalidade estadual	1548	CAPÍTULO XXV – AÇÕES CONSTITUCIONAIS	1583
14.2.6. Ações de Controle concentrado estadual	1549	1. Introdução	1583
15. Controle de Convencionalidade	1549	2. Habeas corpus	1583
15.1. O pressuposto da discussão: breve análise sobre a hierarquia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos (TIDH)	1550	2.1. Notas históricas	1583
15.2. Uma introdução ao controle de convencionalidade: conceito e classificação	1551	2.2. Conceito	1584
15.3. Controle de convencionalidade externo e interno (difuso e concentrado): aplicação da teoria ao caso brasileiro	1553	2.3. Natureza jurídica	1584
15.4. Controle de convencionalidade, possíveis conflitos entre normas da Constituição e normas de TIDH e o princípio pro homine	1557	2.4. Finalidade	1585
		2.5. Notas terminológicas	1585
		2.6. Espécies	1585
		2.6.1. Habeas corpus coletivo	1586
		2.7. Cabimento	1586
		2.7.1. Habeas Corpus Cível	1590
		2.8. Legitimidade Ativa	1590
		2.9. Legitimidade Passiva	1591
		2.10. Competência	1592
		2.11. Sistema Recursal	1593

2.12. Procedimento	1594	6. Mandado de Injunção	1628
2.13. Liminar	1595	6.1. Conceito	1628
2.14. Decisão	1596	6.2. Finalidades	1628
3. Habeas data	1597	6.3. Espécies	1628
3.1. Conceito	1597	6.4. Requisitos	1629
3.2. Cabimento	1597	6.5. Cabimento	1631
3.3. Legitimidade Ativa	1599	6.6. Legitimidade Ativa	1632
3.4. Legitimidade Passiva	1599	6.7. Legitimidade Passiva	1633
3.5. Competência	1600	6.8. Competência	1633
3.6. Procedimento	1601	6.9. Procedimento	1636
3.7. Liminar	1603	6.10. Liminar	1637
3.8. Decisão, Efeitos e Recursos	1603	6.11. Decisão, Efeitos e Recursos	1637
4. Mandado de Segurança	1603	6.12. Diferenças entre MI Individual, MI Coletivo e ADO	1641
4.1. Conceito	1603	7. Ação Popular	1642
4.2. Espécies	1603	7.1. Notas históricas	1642
4.3. Requisitos	1604	7.2. Conceito	1642
4.3.1. Direito Líquido e Certo	1606	7.3. Espécies	1643
4.4. Cabimento	1607	7.4. Requisitos	1643
4.5. Legitimidade Ativa	1609	7.5. Cabimento	1645
4.6. Legitimidade Passiva	1610	7.6. Legitimidade Ativa	1646
4.7. Competência	1612	7.7. Legitimidade Passiva	1647
4.8. Prazo para impetração do Mandado de Segurança	1615	7.8. Competência	1647
4.9. Procedimento	1617	7.9. Procedimento	1648
4.10. Liminar	1618	7.9.1. Prazo para impetração da Ação Popular	1649
4.11. Decisão, Efeitos e Recursos	1620	7.9.2. Liminar	1649
5. Mandado de Segurança Coletivo	1622	7.9.3. Atuação do Ministério Público	1649
5.1. Conceito	1622	7.10. Decisão, Efeitos e Recursos	1650
5.2. Finalidades	1622	8. Reclamação	1651
5.3. Objeto de proteção	1622	8.1. Conceito	1651
5.4. Espécies	1624	8.2. Natureza Jurídica	1651
5.5. Requisitos	1624	8.3. Finalidades	1652
5.6. Cabimento	1625	8.4. Objeto	1652
5.7. Legitimidade Ativa	1625	8.5. Hipóteses de cabimento	1652
5.8. Legitimidade Passiva	1626	8.5.1. Para preservar a competência do Tribunal	1654
5.9. Competência	1626	8.5.2. Para garantir a autoridade das decisões do Tribunal	1654
5.10. Prazo para impetração do Mandado de Segurança Coletivo	1626	8.5.3. Para garantir a observância de súmula vinculante do STF	1655
5.11. Procedimento	1626		
5.12. Liminar	1626		
5.13. Decisão, Efeitos e Recursos	1627		

8.5.5.	Para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência	1656
8.6.	Legitimidade Ativa	1656
8.7.	Legitimidade Passiva	1656
8.8.	Competência	1656
8.9.	Procedimento	1657
8.10.	Tutela Provisória de Urgência	1657
8.11.	Decisão e efeitos	1657
9.	Quadro Sinóptico	1658
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		1669